



Em 2011, Receita fez autuações no valor de R\$ 17 bilhões contra empresas

A Receita Federal já atuou R\$ 17,6 bilhões de pessoas jurídicas em 2011, 30,3% a mais do que no mesmo período do ano passado. A meta é que este ano empresas e pessoas físicas sejam autuadas em, no total, R\$ 100 bilhões, 10% a mais do que em 2010 e 2009. Multas que totalizam R\$ 6 bilhões deverão ser aplicadas até o fim de maio, de acordo com informações do jornal *O Globo*.

Apesar da autuação de empresas neste ano já ser maior do que no passado, a de pessoas físicas, não: foram R\$ 901,4 milhões até agora, contra R\$ 1 bilhão em 2010.

Entre as empresas, os setores mais autuados foram o de serviços financeiros (R\$ 4,3 bilhões), indústria (R\$ 4,2 bilhões) e comércio (R\$ 3,2 bilhões). No caso das pessoas físicas, os campeões de autuações foram proprietários ou dirigentes de empresas (R\$ 246 milhões), seguidos por profissionais liberais (R\$ 44,7 milhões) e profissionais do ensino técnico (R\$ 37,5 milhões).

De acordo com o coordenador de Fiscalização da Receita, Antonio Zomer, ainda existem 377 investigações em andamento nas delegacias de maiores contribuintes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas delegacias contam com 180 auditores especializados, que cuidam exclusivamente das investigações das chamadas pessoas jurídicas diferenciadas. São empresas acompanhadas com lupa pelo Fisco por reunirem características como: receita bruta anual acima de R\$ 90 milhões, débitos tributários federais declarados superiores a R\$ 9 milhões ou despesas com salários de funcionários maiores que R\$ 15 milhões. O país tem hoje 12.153 empresas que passam por esse monitoramento e que, juntas, respondem por quase 70% da arrecadação.

A Receita também se prepara para por em prática a malha fina das empresas, que vai funcionar nos mesmos moldes da existente para as pessoas físicas. Segundo Zomer, a nova malha vai passar a permitir, por exemplo, que a Receita verifique não apenas se as pessoas físicas declararam corretamente suas despesas médicas, mas se uma clínica informou ao Fisco tudo o que recebeu de seus clientes.

Outra novidade na fiscalização será um monitoramento maior do fluxo cambial. A partir de agosto, os bancos terão que incluir na Declaração de Operações Financeiras (Dimof) todas as operações de compra e venda de moeda estrangeira por contribuintes (empresas e pessoas físicas).

Date Created

22/04/2011